

TCE-RN

TRIBUNAL DE CONTAS DO RIO GRANDE DO NORTE

TÉCNICO ADMINISTRATIVO

- Língua Portuguesa
- Redação Discursiva
- Língua Inglesa
- Controle Externo e Legislação Institucional
- Raciocínio Lógico
- Noções de Administração Pública
- Noções de Administração de Recursos Materiais
- Noções de Gestão Pública
- Noções de Direito Administrativo
- Execução Orçamentária e Financeira
- História do Rio Grande do Norte e Aspectos Geoeconômicos do Rio Grande do Norte

CONTEÚDO ON-LINE

- Competências Digitais e Informática Aplicada ao Setor Público (On-line)
- Atualidades (On-line)
- Noções de Direito Constitucional (On-line)
- Gestão de Contratos (On-line)



Conteúdo de acordo
com o Edital
Legislação comentada
Questões gabaritadas
da Banca - Cebraspe

DE ACORDO COM O EDITAL Nº 01/2025

Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte

TCE-RN

Técnico Administrativo

APRESENTAÇÃO

Se você tem este livro em mãos, é porque está construindo sua jornada rumo à tão sonhada aprovação com compromisso e dedicação.

A *Editora Nova Concursos* será sua maior aliada neste percurso, oferecendo um material de qualidade que será seu guia de estudos.

Nosso livro foi elaborado com a experiência de professores renomados, especialistas em concursos públicos, somada à organização e dedicação do nosso time editorial.

O conteúdo programático do edital foi criteriosamente analisado para abordar todos os temas cobrados em um sumário que foi pensado para te apresentar uma sequência lógica; isso facilitará a compreensão do conteúdo cobrado para o cargo de *Técnico Administrativo de acordo com o Edital nº 01/2025, do Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte*.

Para complementar seus estudos e auxiliar sua memorização, ao decorrer da teoria você encontrará recursos como boxes *Importante e Dica*, com macetes valiosos selecionados para otimizar seu tempo; para um planejamento completo, ao final de todas as disciplinas apresentamos a seção *Hora de Praticar*, com questões gabaritadas da *banca Cebraspe*, organizadora contratada para a realização do certame para que você pratique a teoria e já conheça o perfil da banca.

Para sua preparação acesse os conteúdos complementares disponíveis on-line para este livro em nossa plataforma: *Conteúdo de Competências Digitais e Informática Aplicada ao Setor Público, Atualidades, Noções de Direito Constitucional e Gestão de Contratos disponíveis em PDF para download*. Para acessar, basta seguir as orientações na próxima página.

Este material é um verdadeiro diferencial, pois proporciona uma abordagem completa e especializada que irá te guiar até o sucesso.

Vamos juntos rumo à aprovação!



AVISO IMPORTANTE

ESTE É UM MATERIAL DE **DEMONSTRAÇÃO**

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE ADQUIRIR A VERSÃO COMPLETA?

- ✓ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✓ teoria objetiva e atualizada;
- ✓ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✓ questões gabaritadas para o treino da teoria.

**GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO
MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!**

QUERO MATERIAL COMPLETO!

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	13
■ COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS.....	13
■ RECONHECIMENTO DE TIPOS E GÊNEROS TEXTUAIS.....	15
■ DOMÍNIO DA ORTOGRAFIA OFICIAL.....	26
■ DOMÍNIO DOS MECANISMOS DE COESÃO TEXTUAL.....	27
EMPREGO DE ELEMENTOS DE REFERENCIAÇÃO, SUBSTITUIÇÃO E REPETIÇÃO, DE CONECTORES E DE OUTROS ELEMENTOS DE SEQUENCIAÇÃO TEXTUAL.....	27
■ DOMÍNIO DA ESTRUTURA MORFOSSINTÁTICA DO PERÍODO	32
RELAÇÕES DE COORDENAÇÃO ENTRE ORAÇÕES E ENTRE TERMOS DA ORAÇÃO	39
RELAÇÕES DE SUBORDINAÇÃO ENTRE ORAÇÕES E ENTRE TERMOS DA ORAÇÃO	40
REGÊNCIA VERBAL E NOMINAL.....	43
■ EMPREGO DAS CLASSES DE PALAVRAS	51
Colocação dos Pronomes Átonos	60
EMPREGO DE TEMPOS E MODOS VERBAIS	61
■ EMPREGO DOS SINAIS DE PONTUAÇÃO	68
■ EMPREGO DO SINAL INDICATIVO DE CRASE	71
■ REESCRITA DE FRASES E PARÁGRAFOS DO TEXTO	73
SIGNIFICAÇÃO DAS PALAVRAS.....	73
SUBSTITUIÇÃO DE PALAVRAS OU DE TRECHOS DE TEXTO; REORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA DE ORAÇÕES E DE PERÍODOS DO TEXTO; REESCRITA DE TEXTOS DE DIFERENTES GÊNEROS E NÍVEIS DE FORMALIDADE.....	76
REDAÇÃO DISCURSIVA.....	89
■ INTRODUÇÃO À REDAÇÃO DISCURSIVA.....	89
LÍNGUA INGLESA.....	117
■ CONHECIMENTO DE VOCABULÁRIO FUNDAMENTAL E DE ASPECTOS GRAMATICAIIS BÁSICOS PARA A COMPREENSÃO DE TEXTOS.....	117
CONTROLE EXTERNO E LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL	161

■ CONCEITO, TIPOS E FORMAS DE CONTROLE.....	161
■ CONTROLE INTERNO E EXTERNO.....	162
■ CONTROLE PARLAMENTAR	163
■ CONTROLE PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS	164
■ CONTROLE ADMINISTRATIVO	166
■ LEI Nº 8.429/1992 (LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA).....	167
■ SISTEMAS DE CONTROLE JURISDICIONAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	183
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO E SISTEMA DA JURISDIÇÃO UNA	183
■ CONTROLE JURISDICIONAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO DIREITO BRASILEIRO	184
■ CONTROLE DA ATIVIDADE FINANCEIRA DO ESTADO: ESPÉCIES E SISTEMAS	184
■ LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL	185
RESOLUÇÃO Nº 009/2012 (DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DO TCE/RN).....	185
LEI COMPLEMENTAR Nº 464/2012 (DISPÕE SOBRE A LEI ORGÂNICA DO TCE/RN).....	207
RACIOCÍNIO LÓGICO.....	223
■ LÓGICA DE ARGUMENTAÇÃO.....	223
ANALOGIAS.....	223
INFERÊNCIAS.....	223
DEDUÇÕES	223
CONCLUSÕES	223
■ LÓGICA SENTENCIAL (OU PROPOSICIONAL).....	224
ESTRUTURA LÓGICA.....	224
PROPOSIÇÕES SIMPLES	225
PROPOSIÇÕES COMPOSTAS	227
TABELAS VERDADE.....	229
■ EQUIVALÊNCIAS	232
LEIS DE DE MORGAN	237
■ DIAGRAMAS LÓGICOS E LÓGICA DE PRIMEIRA ORDEM	242
■ PRINCÍPIOS DE CONTAGEM E PROBABILIDADE.....	246

■ OPERAÇÕES COM CONJUNTOS	255
■ RACIOCÍNIO LÓGICO ENVOLVENDO PROBLEMAS ARITMÉTICOS, GEOMÉTRICOS E MATRICIAIS	263
NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	297
■ LEGISLAÇÃO ADMINISTRATIVA	297
ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDACIONAL	297
ATOS ADMINISTRATIVOS	300
REQUISIÇÃO.....	301
■ GESTÃO POR COMPETÊNCIAS	301
■ TENDÊNCIAS EM GESTÃO DE PESSOAS NO SETOR PÚBLICO.....	306
■ CONTRATOS	308
■ CONVÊNIOS E TERMOS SIMILARES	332
■ CADASTRO INFORMATIVO DE CRÉDITOS NÃO QUITADOS DO SETOR PÚBLICO FEDERAL (CADIN)	336
NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS MATERIAIS	341
■ CLASSIFICAÇÃO DE MATERIAIS.....	341
ATRIBUTOS PARA CLASSIFICAÇÃO DE MATERIAIS.....	341
TIPOS DE CLASSIFICAÇÃO.....	341
METODOLOGIA DE CÁLCULO DA CURVA ABC	345
■ GESTÃO DE ESTOQUES	350
■ COMPRAS	363
ORGANIZAÇÃO DO SETOR DE COMPRAS	363
ETAPAS DO PROCESSO	363
PERFIL DO COMPRADOR	363
MODALIDADES DE COMPRA	364
CADASTRO DE FORNECEDORES	365
■ RECEBIMENTO E ARMAZENAGEM	366
ENTRADA	366
CONFERÊNCIA	366

OBJETIVOS DA ARMAZENAGEM	366
CRITÉRIOS E TÉCNICAS DE ARMAZENAGEM	366
ARRANJO FÍSICO (LEIAUTE)	368
■ DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS: CARACTERÍSTICAS DAS MODALIDADES DE TRANSPORTE E ESTRUTURA PARA DISTRIBUIÇÃO	369
■ GESTÃO PATRIMONIAL	372
TOMBAMENTO DE BENS	372
CONTROLE DE BENS	373
INVENTÁRIO	374
ALTERAÇÕES E BAIXA DE BENS	376
NOÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA	381
■ PROCESSO ADMINISTRATIVO	381
FUNÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO	381
Planejamento	381
Organização	381
Direção	381
Controle	381
Processo de Planejamento	382
Análise Competitiva e Estratégias Genéricas	383
Redes e Alianças	383
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	383
Visão	385
Missão	386
Valores	387
ANÁLISE SWOT	387
PLANEJAMENTO TÁTICO	388
PLANEJAMENTO OPERACIONAL	389
ADMINISTRAÇÃO POR OBJETIVOS	389
BALANCED SCORECARD	390
PROCESSO DECISÓRIO	394
ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	397

TIPOS DE DEPARTAMENTALIZAÇÃO: CARACTERÍSTICAS, VANTAGENS E DESVANTAGENS DE CADA TIPO.....	404
■ COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL	405
RELAÇÕES INDIVÍDUO/ORGANIZAÇÃO.....	405
LIDERANÇA	405
MOTIVAÇÃO E DESEMPENHO	406
■ COMPETÊNCIA INTERPESSOAL	406
■ GERENCIAMENTO DE CONFLITOS.....	408
NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO	413
■ NOÇÕES DE ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	413
CENTRALIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO	413
CONCENTRAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO	417
ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA.....	420
AUTARQUIAS, FUNDAÇÕES, EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA	422
■ ATO ADMINISTRATIVO	433
CONCEITO	433
REQUISITOS.....	433
ATRIBUTOS	434
CLASSIFICAÇÃO	434
ESPÉCIES	436
■ AGENTES PÚBLICOS: LEGISLAÇÃO PERTINENTE.....	436
DISPOSIÇÕES DOUTRINÁRIAS, CONCEITO E ESPÉCIES	436
DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS APLICÁVEIS	438
CARGO, EMPREGO E FUNÇÃO PÚBLICA.....	439
■ PODERES ADMINISTRATIVOS.....	470
USO E ABUSO DO PODER	471
HIERÁRQUICO	471
DISCIPLINAR.....	472
REGULAMENTAR	473
DE POLÍCIA.....	474

■ CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	476
CONTROLE EXERCIDO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	480
CONTROLE JUDICIAL.....	484
CONTROLE LEGISLATIVO	486
■ RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO	490
RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO NO DIREITO BRASILEIRO	490
RESPONSABILIDADE POR ATO COMISSIVO E OMISSÃO DO ESTADO	491
REQUISITOS PARA A DEMONSTRAÇÃO DA RESPONSABILIDADE DO ESTADO	492
CAUSAS EXCLUDENTES E ATENUANTES DA RESPONSABILIDADE DO ESTADO	493
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	499
■ PROGRAMAÇÃO, EXECUÇÃO E CONTROLE DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS	499
EMPENHO, LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO DA DESPESA	500
SISTEMAS DE INFORMAÇÕES	500
CONTROLE E PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR E DE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	502
SUPRIMENTO DE FUNDOS.....	504
CONFORMIDADE DIÁRIA E DOCUMENTAL.....	504
ROL DE RESPONSÁVEIS.....	505
■ RETENÇÃO E RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS INCIDENTES SOBRE BENS E SERVIÇOS.....	507
GUIA DE RECOLHIMENTO DA UNIÃO (GRU).....	507
■ NOÇÕES DE SIAFI E CPR – CONTAS A PAGAR E A RECEBER.....	508
HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO NORTE E ASPECTOS GEOECONÔMICOS DO RIO GRANDE DO NORTE	515
■ HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO NORTE.....	515
INDÍGENAS NOS SERTÕES DO RIO GRANDE COLONIAL E POPULAÇÕES INDÍGENAS NO RIO GRANDE DO NORTE.....	516
POLÍTICA E SOCIEDADE: MOSSORÓ E A RESISTÊNCIA AO BANDO DE LAMPIÃO	521
ECONOMIA E SOCIEDADE.....	522



Terra dos Salineiros: Trabalhadores da Extração de Sal no Rio Grande do Norte – A Seca e a Questão Sanitária no Século XIX	522
A CAPITANIA DO RIO GRANDE NA HISTÓRIA DAS CAPITANIAS DONATÁRIAS (SÉCULO XVI)	523
Motim das Mulheres	524
30 De Setembro e a Política Abolicionista de Vanguarda Mossoroense	525
O Movimento de 1930 No Rio Grande do Norte – Nordeste em Guerra: O Papel da Costa Brasileira Na Segunda Guerra Mundial	527
COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	531
REPRESENTATIVIDADE POTIGUAR NA COMUNICAÇÃO NACIONAL COM O JORNAL O MOSSOROENSE, O 3º JORNAL MAIS ANTIGO DO BRASIL	533
■ ASPECTOS GEOECONÔMICOS DO RIO GRANDE DO NORTE	535
CARACTERÍSTICAS DO CLIMA.....	541
O BIOMA CAATINGA: ECOSSISTEMAS E BIODIVERSIDADE	542
CARACTERÍSTICAS DO RELEVO	543
POPULAÇÃO: CRESCIMENTO E DISTRIBUIÇÃO; O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO	546
ATIVIDADES ECONÔMICAS MODERNAS E TRADICIONAIS	548
Agropecuária, Pesca, Fruticultura, Carcinicultura, Mineração, Sal, Indústria, Produção de Petróleo e Gás, Turismo, Comércio e Serviços	548
TRANSFORMAÇÃO DA INDÚSTRIA DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS NO PANORAMA ECONÔMICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE.....	549

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS

A interpretação e a compreensão textual são aspectos essenciais a serem dominados por aqueles candidatos que buscam a aprovação em seleções e concursos públicos. Trata-se de um assunto que abrange questões específicas e de conteúdo geral nas provas. Conhecer e dominar estratégias que facilitem a apreensão desse assunto pode ser o grande diferencial entre o quase e a aprovação.

Além disso, seja a compreensão textual, seja a interpretação textual, ambas guardam uma relação de proximidade com um assunto pouco explorado pelos cursos de português: a **semântica**, que incide seus estudos sobre as relações de sentido que a forma linguística pode assumir.

Portanto, neste material, você encontrará recursos para solidificar seus conhecimentos sobre interpretação e compreensão textual, associando a essas temáticas as relações semânticas que permeiam o sentido de todo amontoado de palavras, tendo em vista que qualquer aglomeração textual é, atualmente, considerada texto e, dessa forma, deve ter um sentido que precisa ser reconhecido por quem lê.

Assim, vamos começar nosso estudo fazendo uma breve diferença entre os termos **compreensão** e **interpretação** textual.

Para muitos, essas palavras expressam o mesmo sentido, mas, como pretendemos deixar claro neste material, ainda que existam relações de sinonímia entre palavras do nosso vocabulário, a opção do autor por um termo em vez de outro reflete um sentido que deve ser interpretado no texto, uma vez que a **interpretação** realiza ligações com o texto a partir das ideias que o leitor pode concluir com a leitura.

Já a **compreensão** busca a análise de algo exposto no texto e, geralmente, é marcada por uma palavra ou expressão, apresentando mais relações semânticas e sintáticas. A compreensão textual estipula aspectos linguísticos essencialmente relacionados à significação das palavras e, por isso, envolve uma forte ligação com a semântica.

Sabendo disso, é importante separarmos os conteúdos que tenham mais apelo **interpretativo** ou **compreensivo**. Esses assuntos completam o estudo basilar de semântica com foco em provas e concursos, sempre visando à sua aprovação.

INFERÊNCIA – ESTRATÉGIAS DE INTERPRETAÇÃO

A inferência é uma relação de sentido conhecida desde a Grécia Antiga e que embasa as teorias sobre interpretação de texto.

Dica

Interpretar é buscar ideias e pistas do autor do texto nas linhas apresentadas

Porém, apesar de aparentemente parecer algo subjetivo, há “regras” para se buscar essas pistas.

A primeira e mais importante delas é identificar a orientação do pensamento do autor do texto, que fica perceptível quando identificamos como o raciocínio dele foi exposto: se de maneira mais racional, a partir da análise de dados e informações com fontes confiáveis, ou se de maneira mais prática, partindo dos efeitos e das consequências, a fim de identificar as causas.

Por isso, é preciso compreender como podemos interpretar um texto mediante estratégias de leitura. Neste material, selecionamos as estratégias mais eficazes, que podem contribuir para sua aprovação em seleções que avaliam a competência leitora dos candidatos. A partir disso, selecionamos estratégias de leitura que foquem nas formas de inferência sobre um texto.

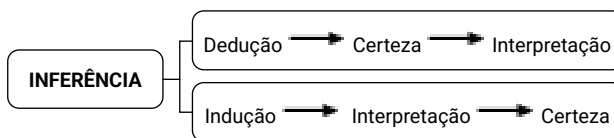
Dessa forma, é fundamental identificar como ocorre o processo de **inferência**, que se dá por **dedução** ou por **indução**. Para entender melhor, veja este exemplo:

O marido da minha chefe parou de beber.

Observe que é possível inferir várias informações. A primeira é que a chefe do enunciador é casada (informação comprovada pela palavra “marido”); a segunda é que o enunciador está trabalhando (informação comprovada pela expressão “minha chefe”); e a terceira é que o marido da chefe do enunciador bebia (informação comprovada pela expressão “parou de beber”). Note que há pistas contextuais do próprio texto que induzem o leitor a interpretar essas informações.

Tratando-se de interpretação textual, os processos de inferência, sejam por dedução ou por indução, partem de uma certeza prévia para a construção de uma interpretação, elaborada a partir das pistas oferecidas no texto, articuladas com as informações acessadas pelo leitor.

A seguir, apresentamos uma figura que representa como ocorre a relação desses processos:



A partir desse esquema, conseguimos visualizar melhor como o processo de interpretação ocorre. Agora, detalharemos esse processo, reconhecendo as estratégias que compõem cada maneira de inferir informações de um texto. Por isso, apresentaremos, nos tópicos seguintes, como usar estratégias de cunho dedutivo e indutivo e, ainda, como articular a isso o nosso conhecimento de mundo na interpretação de textos.

A INDUÇÃO

As estratégias de interpretação que observam métodos indutivos analisam as “pistas” que o texto oferece e, posteriormente, reconhecem alguma certeza na interpretação. Dessa forma, é fundamental buscar uma ordem de eventos ou processos ocorridos no texto, que variam conforme o tipo textual.

REDAÇÃO DISCURSIVA

INTRODUÇÃO À REDAÇÃO DISCURSIVA

Neste material, vamos trabalhar a redação discursiva. Você estudará algumas características inovadoras no conceito de produção de textos para quem quer atingir um melhor resultado em provas que exijam do candidato a habilidade de produzir um texto.

Aqui, serão apresentados os aspectos gerais da redação discursiva em sua estrutura textual, bem como todos os passos para a sua produção com eficiência. Porém, antes de iniciarmos, é importante dar atenção às dúvidas que geralmente são apresentadas pelos alunos para que se possa dar solução aos principais problemas que eles relatam.

DÚVIDAS FREQUENTES QUANTO À REDAÇÃO PARA CONCURSOS PÚBLICOS

Por que é tão difícil produzir um texto eficiente?

Sempre se ouvem os temores de alunos quanto às provas que cobram dos candidatos habilidades na produção de questões discursivas. Alguns dizem se sentirem tão despreparados que terminam por desistir dos concursos que trazem a redação como critério de classificação.

Tem de se reconhecer que o hábito de escrever não está na prática do cotidiano da maioria das pessoas e que, hoje em dia, quando se dispõem a fazê-lo, exercitam essa habilidade normalmente em ambientes virtuais, como sites de comunicação e elaboração de e-mails. Nesses expedientes, ocorre o que chamam de “pacto da mediocridade” (sem intenção ofensiva), que caracteriza a postura displicente de como se escreve e a aceitação mútua de erros e desvios da norma culta escrita: “ele escreve errado, mas eu aceito para não ser cobrado por ele da mesma forma quando errar”. Usam-se imagens, símbolos gráficos, abreviações que mais se assemelham a códigos criptografados do que à própria língua portuguesa.

O maior problema é que isso gera um reforço negativo: treina-se uma escrita que não promove a prática ideal da comunicação verbal normatizada. O resultado é que, quando ocorre a exigência da produção escrita, a prática que se tem não promove a eficiência nessa categoria de comunicação.

Como, em pouco tempo, desenvolver a habilidade da escrita em quem tem dificuldade de passar para o papel o que tem na sua cabeça?

Inicialmente, em um procedimento tradicional de produção de textos, começa-se pela apresentação de exemplos de textos bem escritos, mostra-se sua estrutura, apresentam-se as partes que o compõem.

Depois disso, inicia-se a identificação dessas partes e de como elaborá-las separadamente: como se constrói um parágrafo; quais são as fases de sua elaboração; quais são os diferentes tipos de parágrafos.

Também é mostrado como podem ser os parágrafos que introduzem, desenvolvem e concluem um texto dissertativo. E só depois de exercitar esses primeiros procedimentos é que se passa à produção de um trabalho completo, buscando a eficiência do todo por intermédio do agrupamento de cada uma das partes estudadas até a formação de um bloco contínuo e completo.

O truncamento desse trabalho ocorrerá certamente se o aprendiz não se dispuser a praticar esses conceitos. É aí que começa a frustração dos potenciais autores, pois muitas vezes só vão tentar praticar a escritura da sua redação após terem terminado o estudo do livro didático e sentem muita dificuldade no momento do agrupamento, isto é, de fazer virar o todo aquilo que aprendeu a fazer por partes. Se o resultado não for satisfatório, eles simplesmente assumirão a dificuldade como uma inabilidade pessoal.

Como proposta de solução para essa dificuldade, vamos partir de um princípio inverso em que se começa da materialização do texto eficiente, satisfazendo os anseios dos nossos alunos: começamos pelo **todo** para depois estudarmos as **partes**.

Esse trabalho consiste na elaboração de máscaras de redação, o que proporciona um ponto de partida concreto na produção de redações eficientes a partir de modelos prontos e que poderão ser reproduzidos e adaptados para qualquer tema proposto pela banca organizadora do concurso, respeitando ainda o caráter da originalidade e da criatividade de cada autor.

As máscaras de redação garantem a eficácia sobre os principais quesitos exigidos pelas bancas organizadoras dos critérios de correção dos textos, tais como progressão textual e sequencialização, coesão e, conseqüentemente, coerência, além de atender naturalmente à estrutura própria dos textos dissertativos.

Outro ponto importante é o de permitir ao candidato uma projeção bem aproximada da extensão do seu texto em número de linhas.

Essa proposta também tem a finalidade de desenvolver uma maior agilidade na projeção e na construção da redação, otimizando o tempo de sua elaboração durante a prova.

Qual o peso ou a importância da redação em um concurso público?

O peso da redação é muito grande, por isso, ela faz a diferença na aprovação. Nos concursos atuais, a redação tornou-se o passaporte para o ingresso em grande parte das carreiras públicas, pois de nada vale um resultado positivo na prova objetiva se não obtiver sucesso em sua redação.

Os candidatos costumam dedicar seu tempo de estudos à prova objetiva e deixar a redação por último. Na maioria das vezes, passam naquela e reprovam nesta. Não dá para subestimar a redação, é preciso exercitar sempre.

O que conta mais para um bom resultado: ter bons conhecimentos sobre o assunto apresentado na proposta ou ter bons conhecimentos em língua portuguesa?

Em verdade, os dois aspectos são equivalentes em importância. No que diz respeito aos conhecimentos de língua portuguesa, estamos referindo-nos à estrutura e

LÍNGUA INGLESA

CONHECIMENTO DE VOCABULÁRIO FUNDAMENTAL E DE ASPECTOS GRAMATICAIS BÁSICOS PARA A COMPREENSÃO DE TEXTOS

SUBSTANTIVOS

Os substantivos são responsáveis por nomear seres, objetos, lugares, emoções, fenômenos da natureza etc. Quando vamos aprender outro idioma, os substantivos compõem uma classe de palavras crucial para a construção de um bom aprendizado, pois, a partir do conhecimento destes, pode-se constituir um vasto vocabulário.

Podemos classificar os **substantivos simples** em dois grupos: **proper nouns** (substantivos próprios) e **common nouns** (substantivos comuns).

Proper Nouns

Os *proper nouns* referem-se ao que conhecemos na língua portuguesa como “nomes próprios” ou “substantivos próprios”. Desse modo, nomeiam, de modo específico, pessoas, pontos turísticos, instituições, marcas e organizações. Entretanto, há uma diferença interessante entre os substantivos próprios das línguas inglesa e portuguesa: a primeira também considera nome de dias, meses, nacionalidades, idiomas e títulos como *proper nouns*.

EXEMPLOS:	SIGNIFICADOS:
<i>My friend's name is Caroline.</i>	O nome da minha amiga é Caroline.
<i>I was born in London.</i>	Eu nasci em Londres
<i>I have English exams on Mondays.</i>	Eu tenho provas de inglês às segundas-feiras.
<i>My boyfriend arrives in July.</i>	Meu namorado chega em julho.
<i>My dentist is Brazilian.</i>	Meu dentista é brasileiro.

Common Nouns

Os *common nouns*, como o próprio nome indica, nomeiam as coisas e os objetos em geral. Além disso, podem fazer referência a objetos físicos, subjetivos, abstratos, contáveis, incontáveis, compostos ou não. Observe os exemplos em suas diferentes categorias:

COMMON (COMUNS)	SIGNIFICADO
Tree Leaf Flower Grass Dirt	Árvore Folha Flor Grama Terra
CONCRETE (CONCRETOS)	SIGNIFICADO
Chair Fantasy Armor Bee Dream	Cadeira Fantasia Armadura Abelha Sonho
COLLECTIVE (COLETIVOS)	SIGNIFICADO
Kennel People Shoal Herd Grove	Canil Pessoas Cardume Manada Arvoredo
ABSTRACT (ABSTRATOS)	SIGNIFICADO
Love Hate Encouragement Kindness Spirit	Amor Ódio Encorajamento Bondade Espírito
COUNTABLE (CONTÁVEIS)	SIGNIFICADO
Table Pencil Pillow Door Pen	Mesa Lápis Travesseiro Porta Caneta
UNCOUNTABLE (INCONTÁVEIS)	SIGNIFICADO
Bread Water Advice Information Rice	Pão Água Conselho Informação Arroz
COMPOUND (COMPOSTOS)	SIGNIFICADO
Scuba-diving Stepson Newsstand Train station Rollercoaster	Mergulho Enteado Banca de jornal Estação de trem Montanha Russa

Compound Nouns

Os *compound nouns*, por sua vez, são “substantivos que se formam através da junção de duas ou mais palavras diferentes, envolvendo diferentes classes morfológicas ou não” (CAMPOS, 2010, p.33). Por exemplo:

- **Substantivo + Substantivo:** *bookseller* – livreiro;

CONTROLE EXTERNO E LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

CONCEITO, TIPOS E FORMAS DE CONTROLE

CONCEITO

Em termos gerais, a palavra “controle” significa o ato de fiscalizar, supervisionar, dominar e de limitar. Nas situações jurídicas, o controle da Administração Pública significa a verificação de compatibilidade da sua atuação, de acordo com as regras estabelecidas.

Não é possível conceber um Estado democrático de direito sem a existência de controle, tendo em vista que todo agente público terá sua atividade controlada por diversos meios.

Para Chiavenato (2006), o controle consiste na “função administrativa que monitora e avalia as atividades e os resultados alcançados para assegurar que o planejamento, a organização e a direção sejam bem-sucedidos”.

TIPOS E FORMAS DE CONTROLE

Quanto ao Objeto

Nessa modalidade de controle, ele é classificado em controle de:

- legalidade;
- mérito;
- gestão.

No controle de legalidade, verifica-se a conformidade do ato com a lei, tendo como fundamento o princípio da legalidade, estabelecido no art. 37, *caput*, da Constituição da República. Esse tipo de controle é aplicado nos atos vinculados e nos atos discricionários.

Por sua vez, no controle de mérito, verifica-se a conveniência e a oportunidade dos atos discricionários. Assim, dentre as opções de atos que a lei prevê para serem praticados, avalia-se se o ato praticado era o mais conveniente, dentre outros disponíveis, e se foi praticado no momento oportuno. Essa forma de controle não existe nos atos vinculados.

Em seguida, no controle da gestão, verifica-se o fim alcançado pela Administração Pública, bem como os meios e recursos que foram empregados para tal.

Quanto ao Posicionamento do Órgão Controlador

Diz respeito ao controle:

- interno;
- externo.

No **controle interno**, o órgão controlador está posicionado dentro da mesma estrutura da unidade que está sob controle. Um exemplo disso é a Controladoria-Geral da União (CGU), que está localizada dentro do Poder Executivo e que controla esse mesmo Poder. Ou seja, é o Poder Executivo controlando-o.

Por sua vez, no **controle externo**, o órgão controlador está posicionado fora da estrutura da unidade que está sob controle. Temos dois exemplos desse tipo de controle. Um deles é o controle exercido pelo Legislativo sobre o Executivo. O outro é o controle exercido pelo Judiciário sobre o Executivo.

Quanto à Natureza do Controle

Consta no art. 70, *caput*, da Constituição da República, no seguinte teor:

Art. 70 A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à **legalidade, legitimidade, economicidade**, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder

Nesse sentido, a análise é feita sob os aspectos da:

- legalidade;
- legitimidade;
- economicidade.

No que tange ao controle de legalidade (o qual também se insere na classificação quanto ao objeto), ele se consubstancia na obediência do ato à lei, isto é, se o agente agiu dentro do que a lei prevê e limita. Podemos citar como exemplo a previsão em lei para aplicação da sanção de demissão ao servidor público que abandonar o cargo.

Assim, comprovado no processo administrativo disciplinar (PAD) o efetivo abandono por parte do servidor, a pena de demissão será aplicada conforme o que a lei prevê para esse caso.

Em seguida, no controle de legitimidade, verifica-se a compatibilidade do ato praticado com os princípios, fins e valores a serem alcançados pela Administração Pública, ou seja, com o interesse público.

Por exemplo, a construção de um posto avançado de atendimento em localidade que já consta com outro posto, o qual atende satisfatoriamente bem a população abrangida. Portanto, a construção desse segundo posto pode até obedecer a legalidade, mas não estará em conformidade com a legitimidade.

Por sua vez, no controle de economicidade, verifica-se a relação custo/benefício das despesas efetuadas, ou seja, o menor custo com a maior qualidade. Nesse tipo de controle, o órgão observará o valor de mercado na compra de produtos, bem como a qualidade do bem adquirido.

Por outro lado, em muitas situações, a compra de um determinado bem durável, mesmo com valor de mercado um pouco maior do que outros, pode ser a melhor escolha para a Administração Pública quando esse mesmo bem tiver uma vida útil maior que os demais, sendo desnecessária a aquisição futura de outro em período muito curto. Contudo, essa avaliação deve ser feita em cada caso.

RACIOCÍNIO LÓGICO

LÓGICA DE ARGUMENTAÇÃO

ANALOGIAS

Neste processo de raciocínio chamado analogia, são estabelecidas comparações entre situações conhecidas e desconhecidas, buscando semelhanças. A analogia sugere a existência de alguma similaridade entre as proposições, constituindo, assim, uma premissa parcial.

A premissa parcial serve como ponto de partida para outra premissa, cuja função é fornecer informações essenciais que conduzirão à conclusão desejada. É imperativo que essas premissas sejam verdadeiras para garantir a validade do argumento.

Exemplificando:

- Todas as verduras são saudáveis;
- Todos os brócolis são verduras.

■ **Conclusão:** Portanto, todos os brócolis são saudáveis.

INFERÊNCIAS

As inferências no raciocínio lógico-matemático referem-se à capacidade de deduzir informações ou conclusões com base em premissas estabelecidas. Os teoremas matemáticos são frequentemente derivados por meio de inferências lógicas. Ao conectar proposições iniciais, os matemáticos inferem resultados adicionais, estendendo o conhecimento além do explicitamente declarado.

Em outras palavras, pode-se dizer que inferência é o processo pelo qual, a partir de uma ou mais premissas, se derivam novas proposições. Quando uma inferência é considerada válida, isso implica que a nova proposição pode ser aplicada em outros raciocínios lógicos. A construção de inferências parte de hipóteses, permitindo a dedução de conclusões.

Pensando nisso, o silogismo desempenha um papel fundamental na inferência, sendo uma estrutura composta por duas premissas (proposições) e uma conclusão. O raciocínio dedutivo é empregado para chegar a essa conclusão, explorando as informações contidas nas premissas. Vale ressaltar que **nem todas as inferências conduzem a conclusões verdadeiras**.

Um exemplo ilustrativo é afirmar que todas as galinhas possuem duas patas, mas seria inadequado inferir que tudo que possui duas patas é uma galinha. A validade das inferências está intrinsecamente relacionada à precisão das premissas.

A qualidade da inferência é, também, influenciada pela riqueza de características contidas nas premissas. Quanto mais informações estiverem presentes na premissa, maior é a probabilidade de realizar inferências nessas precisas. Essa capacidade é evidenciada quando, diante da pergunta sobre uma ave de duas patas com crista vermelha, é possível inferir, com maior confiança, que se trata de uma galinha.

DEDUÇÕES

A dedução inicia-se a partir de uma certeza, uma premissa universal, com o objetivo de alcançar uma conclusão, ou seja, ela se move do **geral para o específico**. Este método parte de uma informação ampla para desvendar uma verdade específica. A segurança na conclusão é reforçada pelo uso de premissas já aceitas, proporcionando uma base sólida e amplamente reconhecida.

Vejamos um exemplo para compreender melhor:

Todos os seres humanos são mortais.

Rômulo é um ser humano.

Logo, Rômulo é mortal.

Ao contrário da dedução, temos a **indução**, que se move do **específico para o geral**. Veja o seguinte exemplo para compreender melhor:

Todas as maçãs que já comi eram doces.

A última maçã que comi era doce.

A maçã que comi hoje também é doce.

Logo, todas as maçãs são doces.

CONCLUSÕES

As conclusões no raciocínio lógico matemático representam o resultado de um processo dedutivo bem-sucedido. Elas sintetizam as inferências, evidenciando a verdade lógica derivada das premissas iniciais.

Uma conclusão matemática é geralmente uma afirmação clara e inequívoca que expressa um resultado específico. A precisão é crucial, pois as conclusões matemáticas formam a base para avançar em direção a novos problemas e desafios dentro da disciplina.

Vejamos alguns exercícios comentados a seguir:

1. **(NOVA CONCURSOS)** Leia a afirmação a seguir e responda à questão.

“Se todos os funcionários do setor de TI são proficientes em programação e alguns funcionários proficientes em programação falam inglês fluente”, então podemos concluir que:

- a) Todos os funcionários do setor de TI falam inglês fluente.
- b) Alguns funcionários do setor de TI falam inglês fluente.
- c) Nenhum funcionário do setor de TI fala inglês fluente.
- d) Alguns funcionários proficientes em programação não falam inglês fluente.

A premissa inicial é que todos os funcionários do setor de TI são proficientes em programação, e sabemos que alguns dos proficientes em programação falam inglês fluente. Logo, é possível concluir que, como todos do setor de TI são proficientes em programação, alguns deles falam inglês fluente. Não é possível afirmar que todos do setor de TI falam inglês fluente (letra a) ou que nenhum fala (letra c).

A letra b nos parece uma boa alternativa, mas sabemos que alguns proficientes em programação falam inglês fluente, mas não necessariamente esses proficientes são do setor de TI. O grupo dos proficientes em programação é mais amplo e pode incluir funcionários de outros setores.

Logo, podemos concluir que se apenas alguns proficientes em programação falam inglês fluente, então alguns não falam. Isso é uma inferência lógica válida.

Resposta: Letra D.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Prezado(a) estudante,

Com o intuito de oferecer o material o mais completo e didático possível, optamos por não tratar aqui o conteúdo referente a:

- Licitação Pública;
- Modalidades, Dispensa e Inexigibilidade;
- Pregão;
- Compras; e
- Lei nº 14.133/2021.

Neste contexto, é importante ressaltar que ambos assuntos serão amplamente abordados na disciplina de Gestão de Contratos.

Cordialmente,
Nova Concursos.

LEGISLAÇÃO ADMINISTRATIVA

ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDACIONAL

Administração Direta

● Definição e Estrutura

A Administração direta é composta pelos órgãos que integram a estrutura organizacional dos entes federativos, União, estados, Distrito Federal e municípios, sendo diretamente subordinados ao poder central. Esses órgãos não têm personalidade jurídica própria, pois fazem parte da estrutura do próprio ente federado, exercendo atividades administrativas típicas do Estado, como saúde, segurança pública, educação e infraestrutura.

A estrutura da Administração direta baseia-se no princípio da centralização, em que as funções administrativas são exercidas diretamente pelo próprio Estado, por meio de seus órgãos e agentes públicos. Tal modelo visa garantir maior controle sobre as ações governamentais e manter a unidade na execução das políticas públicas.

A base normativa da Administração direta encontra-se na Constituição Federal, de 1988, especialmente nos arts. 37 a 41, que estabelecem princípios da Administração Pública, regras para a organização dos órgãos e diretrizes para a atuação dos agentes públicos.

Além disso, a Lei nº 9.784, de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública federal, traz normas importantes para a organização e funcionamento dos órgãos da Administração direta.

● Órgãos da Administração Direta

Os órgãos da Administração direta são unidades internas do Estado que desempenham funções administrativas sem ter personalidade jurídica própria. Eles se classificam de acordo com sua posição na hierarquia estatal e sua função dentro da estrutura governamental. Entre as principais categorias de órgãos, destacam-se:

■ Órgãos Independentes

Exercem competências que não dependem de autorização ou comando de outras instâncias da Administração. Seu funcionamento está ligado à preservação da separação dos Poderes e ao equilíbrio institucional.

Os órgãos independentes concentram atividades de direção superior do Estado. Atuam como núcleos estratégicos que tomam decisões de natureza política, jurisdicional ou de controle, sem vinculação administrativa a ministérios ou secretarias.

Compreendem, de forma típica, a cúpula dos três Poderes: chefe do Poder Executivo, membros do Poder Legislativo e tribunais que integram a cúpula do Poder Judiciário.

A atuação desses órgãos influencia todo o sistema administrativo, pois eles fixam orientações, normas e decisões que repercutem no funcionamento das estruturas inferiores. São essenciais para a continuidade institucional e para a estabilidade do ordenamento público.

■ Órgãos Autônomos

Integram a alta Administração governamental. Atuam na formulação de políticas públicas, na coordenação de programas e na definição de estratégias que orientam a atuação dos órgãos inferiores. Essa posição de destaque confere a esses órgãos uma margem ampliada de iniciativa, especialmente em matérias técnicas e administrativas.

São dirigidos por autoridades com competência decisória relevante, como ministros de Estado e secretários estaduais e municipais. Tais autoridades conduzem áreas específicas de governo, estabelecem prioridades institucionais e organizam a execução das políticas públicas dentro de suas respectivas pastas.

Enquanto não possuem a autonomia política dos órgãos independentes, dispõem de capacidade administrativa suficiente para planejar, organizar e controlar as ações governamentais, constituindo um elo fundamental entre a direção superior e os demais níveis hierárquicos.

■ Órgãos Superiores

Correspondem a unidades responsáveis por direção intermediária e coordenação técnica dentro da estrutura administrativa. Não possuem a autonomia ampliada dos órgãos autônomos, mas exercem funções de orientação, supervisão e controle sobre os órgãos subalternos.

Atuam interpretando normas, planejando ações, definindo procedimentos internos e garantindo a padronização das atividades administrativas. Sua atuação assegura que as diretrizes estabelecidas nos níveis superiores sejam aplicadas de forma coerente e operacional nas unidades de base.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS MATERIAIS

Prezado(a) estudante,

Com o intuito de oferecer o material o mais completo e didático possível, optamos por não tratar aqui os conteúdos referentes a:

- Compras no Setor Público;
- Objeto de Licitação;
- Edital de Licitação; e
- Alienação de Bens.

Neste contexto, é importante ressaltar que ambos assuntos serão amplamente abordados na disciplina de Gestão de Contratos.

Cordialmente,
Nova Concursos.

CLASSIFICAÇÃO DE MATERIAIS

Classificar um material é agrupá-lo de acordo com suas características (peso, forma, dimensão, tipo e uso), ordenando-o através de critérios predeterminados. Viana (2006), em seu livro “Administração de Materiais”, nos traz a seguinte definição: “A classificação é o processo de aglutinação de materiais por características semelhantes”.

Um bom sistema de classificação de materiais permite ao administrador obter informações gerenciais essenciais para definir qual metodologia de gestão de estoques deve implementar.

ATRIBUTOS PARA CLASSIFICAÇÃO DE MATERIAIS

Um sistema de classificação de materiais deve atender, obrigatoriamente, a três atributos (qualidades):

- **Abrangência:** deve abordar todas as características dos materiais de forma abrangente, tais como, os aspectos físicos, financeiros, contábeis;
- **Flexibilidade:** deve permitir ligações com outros sistemas de classificações de materiais, bem como à possibilidade de adaptar e melhorar o sistema de classificação sempre que necessário. Este atributo permite ao gestor obter uma ampla visão da gestão de estoques;
- **Praticidade:** a classificação deve ser simples, direta e objetiva.

Para facilitar a memorização, utiliza-se o mnemônico **F.A.P** (dos atributos):

Flexibilidade
Abrangência
Praticidade

É importante saber que, ao passo que o atributo da abrangência tem a ver com as características dos itens, o atributo da flexibilidade permite a ligação com os outros tipos de classificação.

TIPOS DE CLASSIFICAÇÃO

Na literatura especializada existem diversos tipos de classificações de materiais, cabendo ao gestor a escolha da mais adequada, sempre pautado nas informações gerenciais e em suas necessidades.

Veremos, a seguir, os principais tipos (critérios) de classificação de materiais mais cobrados nos concursos públicos.

Em Razão do Valor de Demanda (Classificação ABC)

A classificação (curva) ABC, ou princípio (curva) de Pareto, ou ainda curva 80-20, é um método muito utilizado para classificar os itens de material em estoque de acordo com sua importância, geralmente financeira.

Dica

O nome *Pareto* vem de uma homenagem ao economista italiano Vilfredo Pareto que, em seu estudo, observou que 80% da riqueza da Itália estava nas mãos de 20% da população.

Assim, a curva ABC significa que 80% dos problemas são ocasionados por 20% das causas, ou seja, são poucas causas que originam a maioria dos problemas. Para construí-lo, utiliza-se o gráfico que coloca em ordem os problemas e suas frequências, do maior para o menor, a fim de dar prioridade àquele problema que deverá ser resolvido com maior urgência.

De acordo com o mestre Gonçalves, podemos definir o principal objetivo da curva ABC:

*O principal objetivo da análise ABC é **identificar os itens de maior valor de demanda** e sobre eles exercer **uma gestão mais refinada**, especialmente por representarem altos valores de investimentos e, muitas vezes, com impactos estratégicos para a sobrevivência da organização.* (GONÇALVES, 2007)

Os itens em estoque, de acordo com seu valor de demanda, são classificados em três classes:

- **Classe A:** itens de **maior valor** de demanda, em determinado período;
- **Classe B:** itens de valor de demanda **intermediário**;
- **Classe C:** itens de **menor valor** de demanda.

CLASSE	% VALOR DA DEMANDA	% QUANTIDADE EM ESTOQUE
Classe A	80 %	20 %
Classe B	15 %	30 %
Classe C	5 %	50 %

Os percentuais apresentados não são rígidos (e podem ser aproximados e/ou adaptados).

Com isso, inferimos, que os itens de estoque são classificados num **rol decrescente** de grandeza.

NOÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA

PROCESSO ADMINISTRATIVO

FUNÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO

Inicialmente, vamos conhecer alguns conceitos básicos da ciência da administração que serão muito úteis para o entendimento da matéria. Ouvimos a palavra administração com frequência em nosso cotidiano e, muitas vezes, realizamos ações pertencentes à administração sem atentar-nos a elas, tais como: planejar, organizar, liderar, executar e controlar.

Qual é, afinal, o conceito de Administração que devo levar para minha prova? Segundo Maximiano, “Administração significa um processo dinâmico de tomar as decisões sobre a utilização de recursos, para possibilitar a realização de objetivos”¹.

Esse processo dinâmico diz respeito às famosas **funções administrativas**; assim, podemos sintetizar a definição da seguinte forma:

Administração é o processo que tem o intuito de desenvolver o **planejamento** e a **organização**, além de **dirigir**, **executar** e **controlar** o uso dos recursos e as competências a fim de alcançar os objetivos organizacionais.

Planejamento

O processo de planejamento é o ponto inicial das funções administrativas e tem como objetivo administrar as relações atuais com o futuro. As decisões de planejamento procuram ou influenciar o futuro ou serem colocadas em prática no futuro.

Podemos assim entender que o planejamento estabelece os objetivos, define as metas e decide os métodos de trabalho adequados para o alcance dos objetivos.

Exemplificando: é quando você toma a decisão de construir uma casa e, para isso, elabora o planejamento financeiro, decide quando começar e qual a previsão de término, define a “planta” dos cômodos, pesquisa os materiais a serem utilizados etc.

Organização

A organização é o processo de dispor os recursos em uma estrutura que facilite a realização dos objetivos. É responsável por distribuir os recursos e as tarefas, resultando assim na estrutura organizacional.

Exemplificando: definidos os parâmetros gerais no planejamento, chegou o momento de alocar os custos (gastos) através do orçamento e distribuir as tarefas entre os contratados (eletricista, encanador, mestre de obra, pedreiros).

Direção

Processo de liderar pessoas através da comunicação e motivação, o que possibilita a realização das tarefas planejadas. É considerado o processo mais complexo entre as funções administrativas, pois compreende diversas atividades da gestão de pessoas, tais como: coordenação, motivação, comunicação e orientação.

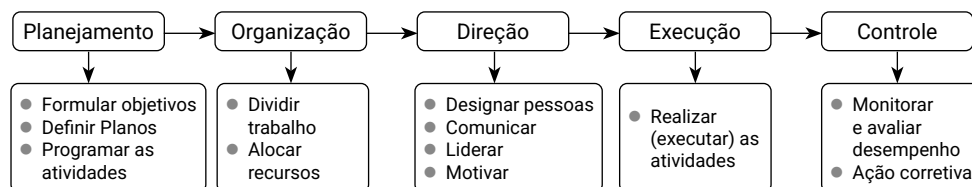
Exemplificando: a direção é o dia a dia da obra, liderando as equipes contratadas, comunicando as necessidades e motivando a execução.

Controle

O controle é a verificação da realização dos objetivos através do planejamento, organização, direção e execução, comparando o que foi planejado com o que realmente foi executado, possibilitando a correção de desvios.

Exemplificando: verificar se aquilo que foi planejado está sendo executado nos padrões esperados. Caso alguma ação não estiver saindo da forma correta (esperada), é no controle que ocorrem as ações corretivas.

Na figura a seguir, condensamos as principais atividades de cada uma das funções administrativas:



NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Prezado(a) estudante,

Com o intuito de oferecer o material o mais completo e didático possível, optamos por não tratar aqui o conteúdo referente a:

- Licitação (Princípios; Contratação Direta: Dispensa e Inexigibilidade; Modalidades; Tipos; Procedimento)

Neste contexto, é importante ressaltar que ambos assuntos serão amplamente abordados na disciplina de Gestão de Contratos.

Cordialmente,

Nova Concursos.

NOÇÕES DE ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

CENTRALIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO

A Administração Pública tem algumas formas de atuação: ela pode ser **direta** ou **indireta**, pode ser **centralizada** ou **descentralizada**. Para fins didáticos, iremos abordar, primeiramente, os pontos que envolvem as formas centralizadas e descentralizadas.

A Administração direta coincide com os próprios entes da Federação, enquanto a Administração indireta são as entidades públicas criadas para o exercício das atividades administrativas.

Nesse sentido, observe a redação do art. 4º, do Decreto-Lei nº 200, de 1967:

Art. 4º A Administração Federal compreende:

I - A Administração Direta, que se constitui dos serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República e dos Ministérios.

II - A Administração Indireta, que compreende as seguintes categorias de entidades, dotadas de personalidade jurídica própria:

a) Autarquias;

b) Empresas Públicas;

c) Sociedades de Economia Mista.

d) fundações públicas.

Parágrafo único. As entidades compreendidas na Administração Indireta vinculam-se ao Ministério em cuja área de competência estiver enquadrada sua principal atividade.

Assim, é importante ressaltar que as formas centralizadas e descentralizadas dizem respeito ao modo de atuação da Administração Pública. Ou seja, referem-se à forma como as atividades são desenvolvidas pela Administração.

Antes de adentrarmos o conceito propriamente dito, é importante atentar para a semântica (significado) das palavras que compõem nossos conceitos (centralização x descentralização).

As entidades da Administração indireta têm personalidade jurídica própria, e o termo indica que, ao serem criadas, essas entidades atuarão de forma “separada” da estrutura administrativa “central” do ente federado em questão. Em outras palavras, elas atuarão de forma “descentralizada”.

A atividade administrativa pode ser desempenhada diretamente pelos entes da Federação, sem qualquer interferência de outra entidade, o que significa dizer que não há transferência de atividade para qualquer outra pessoa. Quando exercida dessa forma, diz-se que o sujeito de direito administrativo exerce de forma centralizada.

Nesse contexto, podemos definir a **centralização** como sendo a execução das atividades administrativas pelo próprio Estado, ou seja, podemos entender que as atividades foram desenvolvidas pela União, estados, municípios ou Distrito Federal.

Contudo, a Administração pode estabelecer a criação de órgãos específicos para o desempenho dessas atividades específicas, sendo importante lembrar que o conceito doutrinário de centralização se aplica à Administração Pública de qualquer dos entes federados.

Para ilustrar, vejamos um exemplo: o Ministério da Educação faz parte da estrutura centralizada do governo, já uma universidade federal a ele vinculada será uma autarquia (entidade da Administração indireta).

Atenção! Não há relação de hierarquia entre as entidades da Administração indireta e a estrutura administrativa central; há apenas **vinculação** para fins de controle finalístico.

Em outros termos, a entidade da Administração indireta estará ligada a um órgão da Administração direta que verificará se os objetivos para os quais a entidade foi criada estão sendo cumpridos.

Portanto, a **centralização** se dá quando o Estado executa diretamente suas tarefas por intermédio de **órgãos** e agentes administrativos subordinados a uma única pessoa política (Carvalho Filho, 2014). Na prática, é o que ocorre com as atribuições exercidas diretamente pela União, estados, Distrito Federal e municípios.

Dessa maneira, quando dissemos que as competências estão centralizadas no governo federal, isso indica que a personalidade jurídica da União é responsável pelas atribuições impostas pelo ordenamento jurídico.

É por esse motivo que se conceitua **Administração direta** como o conjunto dos órgãos dos quatro entes políticos (União, estados-membros, municípios e Distrito Federal) que desempenham de maneira **centralizada** a atividade administrativa. Assim, os atos são praticados pelos órgãos estabelecidos pela pessoa jurídica da qual faz parte.

Sendo assim, os órgãos públicos não terão personalidade jurídica e estarão subordinados ao ente que a criou.

Dica

Na centralização, há hierarquia na relação entre o ente criador e o órgão criado, e os órgãos públicos não têm personalidade jurídica.

Para tornar ainda mais fácil a sua compreensão, pensemos no corpo humano. O corpo humano

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

PROGRAMAÇÃO, EXECUÇÃO E CONTROLE DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

DISPOSIÇÕES GERAIS

A forma como o governo arrecada suas receitas e aplica seus gastos impacta diretamente a vida dos cidadãos, influenciando desde a oferta de serviços essenciais, como saúde e educação, até a realização de investimentos em infraestrutura e o fomento ao desenvolvimento econômico.

Nesse contexto, a execução orçamentária e financeira emerge como um processo administrativo complexo e rigorosamente normatizado, cujo objetivo é garantir que os recursos públicos sejam utilizados de maneira eficiente, eficaz, transparente e em estrita conformidade com o planejamento previamente estabelecido na lei orçamentária anual.

A principal norma que rege as finanças públicas no Brasil é a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de direito financeiro para a elaboração e o controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal.

Embora promulgada há décadas, a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, continua sendo a espinha dorsal da contabilidade e da execução orçamentária pública, estabelecendo conceitos, classificações e etapas para a gestão fiscal responsável.

Complementarmente, a Constituição Federal de 1988, em seus arts. 165 a 169, delineia o sistema orçamentário brasileiro, definindo os instrumentos de planejamento — Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA) — e fixando regras gerais para a elaboração e execução do orçamento.

Além da base normativa, a execução orçamentária é guiada por um conjunto de princípios que visam assegurar a boa gestão dos recursos. O princípio da legalidade, por exemplo, determina que toda despesa pública deve estar previamente autorizada em lei, especificamente na LOA ou em seus créditos adicionais.

O princípio da unidade de tesouraria, por sua vez, preconiza que os recursos financeiros, independentemente da fonte, devem ser centralizados em uma conta única, facilitando o controle e a gestão da liquidez.

Outros princípios relevantes incluem:

- a anualidade, em que o orçamento tem vigência limitada ao exercício financeiro;

- a universalidade, em que o orçamento deve conter todas as receitas e despesas;
- a exclusividade, dado que a LOA não pode conter matéria estranha à previsão da receita e à fixação da despesa; e
- a publicidade, que assegura a transparência dos atos de gestão orçamentária e financeira à sociedade.

Esses fundamentos normativos e principiológicos formam a base sobre a qual se desenvolvem as etapas subsequentes da programação, execução e controle dos recursos públicos.

PROGRAMAÇÃO, EXECUÇÃO E CONTROLE

A execução orçamentária não se inicia de forma abrupta com a publicação da Lei Orçamentária Anual (LOA). Antes que os recursos possam ser efetivamente gastos, é necessária uma etapa importante de planejamento e organização conhecida como programação orçamentária e financeira.

Essa fase, inserida no contexto mais amplo do ciclo orçamentário — que compreende a elaboração, a aprovação, a execução e o controle do orçamento —, visa compatibilizar o fluxo de pagamentos das despesas públicas com o fluxo de recebimentos das receitas previstas, garantindo o equilíbrio fiscal e a capacidade do governo de honrar seus compromissos ao longo do exercício financeiro.

A programação financeira, em particular, detalha como os recursos financeiros serão disponibilizados aos órgãos e às entidades da Administração Pública ao longo do ano.

Um dos principais instrumentos utilizados nesse processo é o Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, editado pelo Poder Executivo no início de cada exercício, que dá origem à Lei Orçamentária Anual (LOA).

Esse decreto estabelece, entre outras coisas, as cotas financeiras mensais ou bimestrais que cada unidade orçamentária terá à disposição para realizar seus pagamentos.

A definição dessas cotas leva em consideração a sazonalidade da arrecadação tributária e a previsão de desembolsos para despesas obrigatórias, como salários e serviço da dívida, buscando evitar déficits de caixa e a necessidade de financiamentos onerosos.

Outro elemento fundamental da programação é o estabelecimento de cronogramas de desembolso. Estes cronogramas detalham, por fonte de recurso e natureza de despesa, quando se espera que os pagamentos ocorram. Isso permite um gerenciamento mais preciso da liquidez do tesouro e orienta os órgãos na gestão de seus próprios fluxos de caixa.

A programação também está intrinsecamente ligada ao cumprimento das metas fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), como as metas de resultado primário e nominal.

Caso a arrecadação se mostre inferior à prevista ou surjam despesas inesperadas, o governo poderá precisar realizar contingenciamentos, que são limitações temporárias na liberação de recursos financeiros e na autorização para empenhar novas despesas, a fim de garantir o alcance das metas fiscais.

Além disso, diversos instrumentos e ferramentas apoiam a programação orçamentária e financeira. Sistemas integrados de administração financeira, como

HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO NORTE E ASPECTOS GEOECONÔMICOS DO RIO GRANDE DO NORTE

HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

PERÍODO COLONIAL: A CAPITANIA DO RIO GRANDE

Por período colonial compreende-se o período em que o Brasil esteve sob o domínio do reino de Portugal, iniciado com a chegada dos primeiros exploradores portugueses à colônia e encerrado após a Proclamação da Independência, em 1822. Esses três séculos de controle português moldaram o território que se formava e a nação que viria a ser.

FORMAÇÃO TERRITORIAL

Por formação territorial compreende-se o processo histórico e geográfico pelo qual um determinado território é moldado e estruturado. Isso envolve aspectos como a expansão geográfica, conquistas territoriais, demarcações de fronteiras, colonização, migrações, acordos políticos e transformações sociais.

A Capitania do Rio Grande: de Hereditária a Real

Quando o Brasil foi dividido em capitanias, a responsabilidade pela capitania do Rio Grande, atual estado do Rio Grande do Norte, recaiu sobre dois proeminentes portugueses: o historiador João de Barros, que ocupava a posição de alto funcionário no governo português, e Aires da Cunha, um fidalgo que havia se destacado em combates contra piratas e corsários.

Apesar de João de Barros ser considerado um candidato natural para receber uma concessão de terra no Brasil devido à sua proximidade com o trono português, ele não recebeu apenas uma, mas duas doações de donatárias. No entanto, essas doações não foram exclusivas para o seu usufruto, mas, sim, compartilhadas com o navegador Aires da Cunha.

Uma dessas doações abrangia a extensa costa de 100 léguas, estendendo-se desde a Baía da Traição até o Rio Jaguaribe, incluindo partes dos estados da Paraíba e do Ceará, fazendo fronteira no interior com o meridiano de Tordesilhas. A outra concessão consistia em 50 léguas mais ao norte, cobrindo uma área que atualmente corresponderia a parte do estado do Maranhão (Trindade, 2010).

A capitania do Rio Grande tinha uma extensão costeira de 100 léguas, sendo que cada um dos donatários ficava com 50 léguas, e era uma das duas maiores capitanias do Brasil, ao lado de Pernambuco, abrangendo vastas regiões que se estendiam até os sertões dos atuais estados do Ceará, Piauí e Maranhão (Monteiro, 2000).

Na tentativa de estabelecer uma base para conquistar e colonizar as áreas do Rio Grande e do Maranhão, João de Barros e Aires da Cunha uniram forças com Fernão Álvares de Andrade, que era o donatário da capitania do Maranhão, uma continuação de outra capitania de mesmo nome, esta última pertencente a Aires da Cunha. Em 1535, Aires da Cunha, acompanhado dos filhos de João de Barros, Jerônimo e João, dirigiu-se à capitania do Rio Grande (Trindade, 2010).

Ao tentar desembarcar nas proximidades da foz do Rio Ceará-Mirim, Aires da Cunha e seus homens foram repelidos pelos indígenas potiguares, que estavam aliados aos franceses (Bueno, 1999). O episódio levou Aires da Cunha a limitar sua exploração ao litoral norte-rio-grandense, falecendo durante a expedição, quando a nau em que se encontrava colidiu com rochedos. Aqueles que sobreviveram, em março de 1536 fundaram um povoado chamado Nazaré, de efêmera duração, uma vez que os colonos, desanimados, decidiram abandonar a região.

Os filhos de João de Barros tentaram estabelecer-se na capitania do Rio Grande, porém, enfrentaram uma rejeição contundente dos indígenas. O respeitado historiador português e donatário fracassado empreendeu consideráveis esforços para resgatar seus filhos, suas embarcações e seus colonos. Ademais, ele arcou por conta própria com pensões para a viúva e os filhos de Aires da Cunha, além de outros parentes dos membros da expedição.

Apesar do insucesso dessa primeira tentativa de colonização na capitania, uma nova investida foi feita em 1555. Essa segunda expedição foi organizada e liderada pelos filhos de João de Barros, que haviam sobrevivido à primeira tentativa. No entanto, o resultado foi igualmente desastroso, o que se atribuiu às hostilidades praticadas contra os indígenas pelos primeiros colonizadores (Hollanda, 1989).

Devido à negligência à qual a capitania do Rio Grande foi submetida e ao alto endividamento de João de Barros, a coroa portuguesa decidiu intervir diretamente. Eles concederam um perdão da dívida acumulada com a primeira expedição de 1535 e, após o falecimento de João de Barros, em 1570, providenciaram uma pensão de 500 mil réis para a viúva. Além disso, um dos filhos de João de Barros recebeu uma compensação pela transferência dos direitos da capitania à coroa portuguesa, visto que não tinham recursos para manter suas prerrogativas como donatários (Trindade, 2010). Acredita-se que a capitania do Rio Grande tenha sido transformada de hereditária para real em 1582.

Dica

A capitania do Rio Grande foi inicialmente denominada "Rio dos Tapuios", posteriormente "Rio Potengi" e, finalmente, "capitania do Rio Grande". O nome da capitania se originou da observação dos portugueses em relação ao Rio Potengi (Cascudo, 1999).

Franceses na Capitania

Os franceses foram resistentes ao Tratado de Tordesilhas e, em 1504, rejeitando seus termos, iniciaram a exploração das terras costeiras do que viria a ser o Brasil (Skidmore, 2003). Jean Jacques Riffault, conhecido como Refoles pelos portugueses, era um

MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

 **799 APROVADOS NO
BANCO DO BRASIL 2021**

 **92 APROVADOS
NO TJ-MG 2022**

 **213 APROVADOS
NO SEAGRI/DF 2022**

 **337 APROVADOS
NO INSS 2022**



GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira
a versão completa desse material!

ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO